

Comunicação do Risco: o que dizer, quando dizer

Sandra Jesus
Escola Superior de Comunicação Social,
Instituto Politécnico de Lisboa
sandrajesus1982@gmail.com

Resumo

Apesar de as avaliações sistémicas sobre “risco” remontarem ao quarto século antes de Cristo, ou seja, à civilização Babilónica, a área de estudo que podemos designar enquanto “comunicação do risco” é muito recente. De facto, somente nas últimas décadas do século passado podem ser encontradas referências explícitas na literatura especializada acerca da “comunicação do risco”. Assim, a paradas meias com outros dois conceitos o de “comunicação de crise” e o de “comunicação em situação de emergência” este campo de investigação varia na sua definição conceptual e na própria forma como recorta o seu objeto disciplinar consoante as áreas de atividade nas quais se enquadra.

O objeto de estudo do presente artigo é, portanto, o risco natural, sendo apresentada a caracterização do contexto nacional.

A “comunicação do risco” enquanto comunicação planificada e organizada foi o objeto de estudo da investigação empírica cujas conclusões aqui são apresentadas.

Foi utilizada uma metodologia de cariz qualitativo, tendo sido inquirido atores estratégicos relevantes na área do risco natural em Portugal - desde a área da saúde pública à proteção civil.

Palavras-chave

Comunicação do risco, risco geofísico, catástrofe, mitigação, perceção do risco.

Introdução

O objetivo do presente trabalho reside em recolher dados que possibilitem compreender como é que a comunicação do risco é considerada pelos profissionais nacionais ligados à gestão do risco no domínio das calamidades naturais. Assim sendo, e tendo em vista este objetivo, o desenvolvimento do presente trabalho assentou em dois pilares – a fundamentação teórica, recorrendo ao trabalho apresentado por autores reconhecidos na área da comunicação do risco, e a concretização de entrevistas a profissionais cuja atividade se integra no âmbito da gestão do risco.

Por conseguinte, com este trabalho pretendeu-se

compreender como é que a comunicação do risco é vista pelos profissionais portugueses ligados à gestão do risco no domínio das calamidades naturais?”.

Assim sendo, e tendo em consideração esta perspectiva, pretendeu-se também compreender como é que é feito o acesso da sociedade civil à informação acerca do risco no que concerne a ocorrência de calamidades naturais. Isto significa, portanto, compreender se o público tem acesso à informação sobre o risco, se sabe onde e como obter este tipo de informação.

Além disso, com o presente trabalho pretendeu-se compreender qual é o lugar do público no processo de gestão do risco, isto é, até que ponto o público é incluído neste processo.

1. Conceitos-chave no contexto da comunicação do risco

Para compreender em pleno não só o conceito “comunicação do risco” e as suas origens, mas também a sua relevância no processo da gestão do risco e as suas dimensões, revela-se essencial apresentar alguns conceitos, para além do próprio conceito “comunicação do risco”, tais como, os conceitos de “risco”, “catástrofe”, “avaliação do risco”, “gestão do risco”, “comunicação de crise” e o “modelo CERC (*Crisis and Emergency Risk Communication*)”.

1.1 Comunicação do Risco

O termo “comunicação do risco” foi usado pela primeira vez no final da década de oitenta do século XX (1986). De facto, foi no final da década de oitenta do século passado que este conceito despertou a atenção de académicos e profissionais.

Inicialmente a comunicação do risco, cujas raízes residem no domínio dos estudos desenvolvidos acerca da perceção do risco, foi definida enquanto o processo unidirecional de divulgação de mensagens através no qual os peritos assumiam o papel de emissores e, por sua vez, os leigos, ou seja, grande parte da sociedade civil, assumiam o papel de recetores das mensagens difundidas acerca do risco. Neste sentido, o sucesso da comunicação do risco era definido a partir do ponto de vista dos emissores das mensagens sobre o risco. Isto significa, portanto, que o sucesso deste tipo de mensagens consistia unicamente em fazer chegar a mensagem ao público.

No entanto, esta definição começou a ser considerada incompleta, na medida em que “*os cidadãos de uma democracia esperam participar no debate sobre temas políticos controversos e sobre os mecanismos institucionais aos quais, por vezes, é delegado o poder de decisão*” (*Committee on Risk Perception and Communication*, 1989: 20).

Além disso, é também importante que os especialistas

técnicos e cientistas aprendam mais sobre os interesses, valores e preocupações dos cidadãos leigos, ou seja, da sociedade civil (*Committee on Risk Perception and Communication*, 1989: 20-21).

Assim sendo, e de acordo com esta perspectiva, a comunicação do risco começou a ser considerada enquanto uma instância deste tipo de diálogo democrático, ou seja, a comunicação do risco passou a ser considerada enquanto uma troca dinâmica de informações e opiniões acerca do risco (*Committee on Risk Perception and Communication*, 1989: 2). Deste modo, os profissionais e os académicos começaram a considerar que a comunicação do risco inclui a elaboração de mensagens variadas acerca da natureza do risco e de outro tipo de mensagens que, por sua vez, não se encontram diretamente relacionadas com o risco propriamente dito, mas que expressam, por exemplo, preocupações, opiniões, reações resultantes da divulgação das mensagens sobre o risco ou, então, que abordam questões legais no que concerne o processo de gestão do risco.

É, portanto, neste contexto de diálogo democrático e de debate público que a comunicação do risco passou a ser considerada por muitos enquanto um imperativo moral, na medida em que a justiça e a equidade social exigem que um indivíduo assuma a responsabilidade de não permitir que as suas atividades coloquem em risco de perigo a saúde e a segurança dos outros e, por isso mesmo, tem a responsabilidade de informar e avisar os outros que se encontrem numa situação de risco (Baram, 1989: 37).

Por conseguinte, a comunicação do risco começou, então, a ser compreendida enquanto um processo interativo de troca de informação e opiniões sobre o risco (real ou provável) para a saúde humana e/ ou o ambiente entre indivíduos, grupos e organizações, considerando, portanto, a comunicação do risco enquanto um processo de comunicação do risco no qual emissores e recetores, por assim dizer, trocam de papéis (Lungren e McMakin, 2009: 345).

De facto, a comunicação do risco é considerada atualmente enquanto um processo interativo de troca de informação e opinião importante não só para uma escolha política democrática, mas também enquanto contributo substancial para a tomada de decisão individual perante situações consideradas “de risco” que assenta em dois pilares – o debate público e a interação social.

1.2 Risco

O conceito “risco” designa a probabilidade de ocorrência de um determinado acontecimento nefasto futuro e incerto. Existem três tipos de risco: natural, antrópico

e tecnológico.

O risco natural define o fenómeno que provoca danos resultantes da ação da Natureza. No que concerne o risco natural existem, por sua vez, três tipos de risco: o risco geológico, como por exemplo, a erupção de vulcões; o risco hidrometeorológico, como é o caso das inundações; e o risco geofísico, como por exemplo, os sismos.

Por sua vez, o risco antrópico define o fenómeno cujos danos são o resultado da ação humana.

Por fim, o risco tecnológico verifica-se sempre que o perigo resulta do desrespeito pelas normas de segurança e pelos princípios que regem a produção, o manuseamento, o transporte e o armazenamento de produtos ou a utilização de tecnologia. O descarrilamento de um comboio no qual são transportadas matérias perigosas pode ser considerado um risco tecnológico.

1.3 Catástrofe

O conceito “catástrofe” é apresentado enquanto “*o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em determinadas áreas ou na totalidade do território nacional*” (PROCIIV, 2013).

Designa-se por catástrofe a interrupção considerada grave do funcionamento da sociedade, causando danos enormes de ordem humana, material e ambiental e que a sociedade afetada não tem a capacidade de superar através dos seus próprios recursos. Além disso, as catástrofes podem, por um lado, ocorrer de modo súbito ou, então, podem ter uma evolução crescente e, por outro, podem ter uma origem natural ou podem resultar da ação do Homem.

1.4 Avaliação do risco

A avaliação do risco é considerada o processo através do qual são determinados e ponderados os riscos e os benefícios associados a uma determinada ação e através do qual é aferido quem é o recetor desses mesmos riscos e benefícios (Lundgren e McMakin, 2009: 345), ou seja, este é o procedimento por meio do qual os riscos são estimados quantitativa e qualitativamente.

1.5 Gestão do risco

A gestão do risco é compreendida enquanto o processo de tomada de decisão através do qual são concretizadas escolhas entre uma série de opções disponíveis que é materializada de acordo com determinados critérios consoante o risco em causa, a sua dimensão e efeitos, ou seja, consiste em avaliar e decidir como lidar com um determinado risco, contudo, este processo pode ou não

incluir a participação do público.

Assim sendo, as principais funções do processo de gestão do risco são:

- Determinar quais os riscos que possuem mais perigo do que a sociedade está disposta a aceitar;
- Considerar quais são as opções disponíveis para controlar o risco ou minimizar os seus efeitos;
- Decidir quais são as ações adequadas para minimizar ou evitar os efeitos de um determinado risco.

Em geral, o processo de gestão do risco inclui um conjunto de atividades, tais como a formulação de políticas, implementação de programas, avaliação dos resultados e a tomada de decisão que visa a redução do risco.

2. Comunicação de Crise

A “comunicação de crise”, por sua vez, define a comunicação do risco acerca de um risco extremo e súbito, como por exemplo, um acidente numa central nuclear ou o surto de uma doença mortal, incluindo, por isso, toda a comunicação realizada durante e depois da emergência.

Assim sendo, a “comunicação de crise” é aquela que se desenrola em situações de completa excepcionalidade quando as condições de vida e o funcionamento das instituições se alteraram drasticamente em consequência de eventos inusitados, estando conotada, por isso, com situações de elevada complexidade em termos operacionais e de grande turbulência no meio ambiente envolvente, as quais impõem elevada prontidão e urgência na ação aos órgãos, serviços e agentes de proteção civil.

É verdade que não existe um consenso pleno no que diz respeito, por um lado, à definição da “comunicação de crise” e da “comunicação do risco” e, por outro, no que diz respeito à diferenciação entre os dois conceitos.

De facto, por vezes, as fronteiras entre a comunicação do risco e a comunicação de crise diluem-se. No entanto, na sua essência a primeira assume um carácter vincadamente preventivo (e de preparação), apresentando-se enquanto uma comunicação atempada e continuada sobre o risco (dimensão, natureza, comportamentos redutores do risco e medidas de autoproteção), procurando, por isso, fornecer ao público a informação necessária para a tomada de decisão informada.

Por sua vez, a segunda designa a comunicação através da qual é disponibilizada ao público numa situação inesperada de perigo para o seu bem-estar, segurança e, em última instância, a sua vida a informação necessária, para que os indivíduos sejam capazes de tomar a melhor decisão possível no que respeita a salvaguarda da sua condição.

O que se verifica atualmente é a vontade de fundir a comunicação do risco com a comunicação de crise numa única área de estudo e prática, nomeadamente no que concerne a comunicação do risco em situações de emergência. Neste sentido, surge a designação “comunicação de crise e emergência”, contudo, alguns autores recorrem ainda à designação “comunicação do risco em situações de emergência”, que, por sua vez, associa a urgência de comunicar uma calamidade ou um desastre com a necessidade de comunicar os riscos e medidas de autoproteção necessárias à sociedade civil em geral ou a uma comunidade afetada consoante a situação.

2.1 Modelo CERC (*Crisis and Emergency Risk Communication*)

Este modelo de comunicação no âmbito da comunicação do risco designado por CERC (*Crisis and Emergency Risk Communication*) foi desenvolvido pelo *Centers for Disease Control - CDC* após a ocorrência do atentado às Torres Gémeas, em 2001, e aos ataques terroristas com recurso ao *anthrax* nos Estados Unidos da América ocorrido um ano depois.

A partir da experiência consequente destes acontecimentos adversos, o CDC concluiu que as estratégias tradicionais da comunicação do risco por si só revelam-se insuficientes no que concerne a resposta a uma crise de grande dimensão.

O 11 de Setembro, por exemplo, despoletou uma série de necessidades no que diz respeito à comunicação que tiveram de ser resolvidas perante um cenário de elevada incerteza, de uma ameaça séria e um período temporal curto. De facto, o papel do CDC, no caso do atentado do 11 de Setembro, foi limitado a questões relacionadas com os riscos para a Saúde Pública associados ao pó, à cinza e aos detritos. Assim, o papel assumido pelo CDC neste cenário consistiu essencialmente na condução de testes e na monitorização do ar e ainda na divulgação de avisos e algumas recomendações dirigidas aos agentes de primeira intervenção e às comunidades.

Por sua vez, os acontecimentos relacionados com o *anthrax* colocaram o CDC numa posição mais central e exigiram recursos substanciais no âmbito da comunicação e uma perícia em termos de comunicação de crise que foram para além da experiência e da capacidade da organização.

Além disso, o CDC deparou-se com uma série de desafios no que concerne a uma comunicação eficiente durante esta situação do *anthrax*, mas foram estes mesmos desafios que impulsionaram a organização a desenvolver novas abordagens, estratégias e modelos (Seeger et al., 2009: 495).

Reynolds, Galdo e Sokler (2002, citados por Seeger et al., 2009: 496) definem o modelo CERC proposto pelo CDC do seguinte modo: transmitir informação que permita aos diversos “*stakeholders*”, incluindo as comunidades afetadas, para que estes últimos sejam capazes de tomar as melhores decisões possíveis no que diz respeito ao seu bem-estar e segurança durante um cenário de emergência. Além disso, de acordo com a definição anteriormente apresentada deste modelo de comunicação é fundamental que ter em elevada consideração não só que a comunicação deste tipo de informação tem de ser feita dentro de limites temporais muito limitados, mas também é essencial compreender que a evolução da situação de emergência pode implicar que as informações iniciais divulgadas podem deixar de ser adequadas.

Assim sendo, o modelo CERC assume enquanto propósito abranger a urgência que caracteriza a comunicação de crise e a necessidade de explicar os riscos e os benefícios dos diversos “*stakeholders*”, incluindo o público. Além disso, o modelo CERC respeita a premissa segundo a qual o público exige, hoje em dia, uma comunicação credível e imediata durante a ocorrência de uma crise (CDC, 2012: 1).

3. Investigação Empírica

Para o presente trabalho, a recolha de dados foi concretizada em duas etapas. Numa primeira etapa foi conduzida uma pesquisa, recorrendo a bases de dados com o intuito de:

- Conhecer as principais áreas nas quais a comunicação do risco é integrada no processo de gestão do risco;
- Fazer um levantamento dos principais autores no âmbito da comunicação do risco a nível mundial, como por exemplo, Vincent Covello ou Ann Bostrom.

De seguida, e com base na lista de autores organizada, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica baseada em livros e artigos científicos.

A segunda etapa do processo de recolha de dados está relacionada com as técnicas de entrevista. No caso do presente trabalho, a escolha passou pela condução de entrevistas a profissionais ligados à área da comunicação do risco e à operacionalidade do risco nas áreas da saúde pública e proteção civil no contexto específico das catástrofes ou calamidades naturais.

Por conseguinte, o objetivo destas entrevistas consiste em contextualizar o objeto de estudo do presente trabalho – a comunicação do risco – no contexto português.

Neste sentido, o conteúdo das entrevistas foi alvo de uma análise de conteúdo cujo propósito é, então, compreender

qual é a posição dos profissionais entrevistados no que concerne a comunicação do risco; a sua relevância no contexto do processo de gestão do risco; e, por fim, alguns conceitos inerentes a esta disciplina.

Foram, assim, entrevistados quatro profissionais portugueses cujo trabalho está relacionado com a gestão do risco nas áreas da Saúde Pública e da Proteção Civil.

3.1 Análise dos Dados

O objetivo desta investigação centra-se em tornar a informação obtida por meio da condução das entrevistas em informação passível de ser interpretada e que tenha significado para o investigador e, neste sentido, as categorias de análise são determinantes neste processo.

Para a análise das entrevistas, e após uma primeira leitura das entrevistas realizadas, estabeleceu-se enquanto objetivo classificar, agregar e categorizar trechos da entrevista considerados relevantes no contexto da finalidade deste trabalho. Assim sendo, e tendo em consideração o objetivo da investigação empírica concretizada no contexto do presente trabalho, foram definidas duas grandes categorias: risco e comunicação do risco que, por sua vez, são compostas pelas seguintes subcategorias:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
RISCO	Definição
	Perceção do risco pela população
COMUNICAÇÃO DO RISCO	Definição
	Objetivos
	Distinção entre comunicação do risco e comunicação de crise
	Público-alvo das mensagens
	Equipa de trabalho
Meios de divulgação	

Tabela n.º 1: Categorias e subcategorias

O conteúdo das entrevistas realizadas a estes quatro profissionais cuja atividade está intrinsecamente relacionada com a área da gestão do risco, em particular, o risco natural, foi alvo de análise. Da análise de conteúdo concretizada e para a presente comunicação, foram seleccionados os seguintes tópicos acerca dos quais serão apresentados os dados relevantes obtidos a partir da contribuição destes profissionais:

1. Risco;
2. Perceção do risco pela população;
3. Comunicação do risco;
4. Objetivos da comunicação do risco e consequente importância;
5. Distinção entre a comunicação do risco e a comunicação de crise;
6. Equipa de trabalho.

No que diz respeito do termo “risco”, a definição é consensual, uma vez que o risco foi apresentado enquanto a probabilidade de ocorrência de um acontecimento adverso que pode colocar a comunidade, no seu todo ou uma parte, perante a possibilidade de perda de vidas e bens e perante a possibilidade de degradação do meio-ambiente.

A perceção do risco pela população assumiu-se enquanto uma variável, na medida em que pode ser afetada por diversos fatores, podendo ser compreendida enquanto subjetiva e diversa na população.

No domínio da proteção civil, a perceção do risco pela população “é reduzida”. A existência de algumas crenças que estão enraizadas na nossa sociedade, nomeadamente a ideia de que a catástrofe pode ocorrer, mas nunca no nosso tempo e pelo excesso de optimismo foram consideradas enquanto catalisadores da reduzida perceção do risco pela população.

Assim, estas duas condições deixaram entrever que a aprendizagem concretizada neste âmbito “*se faz segundo modelos mentais precários e pouco sistematizados, muito apoiados na heurística e no senso comum.*”

Além disso, a perceção de que as catástrofes ocorrem com uma frequência reduzida sobre o nosso território aliada ao diminuto conhecimento científico da população sobre os perigos foram identificados enquanto indicadores de influência sobre a perceção do risco da população que, em geral é reduzida.

A comunicação do risco foi consensualmente considerada enquanto um processo interativo de troca de informações e opiniões acerca de eventos que possam ameaçar a saúde, o bem-estar e a segurança dos indivíduos e os consequentes riscos e medidas de prevenção e autoproteção.

Assim sendo, através da comunicação do risco pretende-se esclarecer a sociedade civil acerca da natureza, dimensão e gravidade dos riscos e acerca dos comportamentos redutores do risco.

A comunicação do risco foi considerada indissociável, em certa medida, da noção de prevenção e, por isso, o seu grande objetivo visa a divulgação de informação prévia e atempada à sociedade civil de modo a adquirir conhecimentos no que diz respeito aos procedimentos e comportamentos adequados perante um determinado risco.

Além disso, foram também identificados enquanto objetivos da comunicação do risco o esclarecimento da população acerca dos riscos e das medidas adequadas à

redução do risco; a criação de uma relação de confiança entre o público e as organizações que assumem a responsabilidade pela avaliação e pela gestão do risco; e, por fim, envolver a população no processo de tomada de decisões relacionadas com o risco.

Por conseguinte, o grande propósito da comunicação do risco apresentou-se enquanto a criação das condições necessárias para o fomento de uma “*cultura preventiva de segurança*”, de convívio informado e consciente com o risco e, por fim, o estímulo à adoção de medidas de autoproteção.

Deste modo, a importância da comunicação do risco foi definida inquestionável, na medida em que atua na fase anterior à emergência, assumindo-se indissociável das noções de prevenção e preparação. Por conseguinte, a comunicação do risco apresenta-se enquanto um fator estruturante no que concerne a construção de urbes mais seguras, mais resilientes e, neste sentido, a comunicação do risco assume-se enquanto a pedra angular deste processo, na qual deve assentar o fomento de uma “*cultura de prevenção*”.

A comunicação do risco determina o conjunto de ações de informação pública não só acerca dos riscos aos quais a população está sujeita e aos quais um determinado território está sujeito, mas também sobre as medidas de prevenção e autoproteção que devem ser tomadas. Neste sentido, a comunicação do risco assume um carácter essencialmente preventivo.

Por sua vez, a comunicação de crise foi apresentada enquanto a resposta de carácter comunicacional dada perante a ocorrência de um acidente grave ou catástrofe que coloca em risco indivíduos, bens e o próprio ambiente.

De facto, verificou-se que não existe um entendimento consolidado sobre estes dois conceitos e respetiva diferenciação. Além disso, no contexto do risco existe ainda um terceiro conceito – comunicação do risco em situações de emergência – que toma este quadro conceptual menos definido e que recorre a princípios e medida da comunicação do risco e da comunicação de crise.

No domínio da saúde, existem algumas instituições que possuem gabinetes de gestão do risco e, por exemplo, no caso da Administração Regional de Saúde do Centro, foi criado um gabinete de comunicação do risco no âmbito do plano de contingência regional para a pandemia de gripe.

No domínio da proteção civil, o Plano Municipal de Emergência para a cidade de Lisboa contempla a

constituição de um gabinete de informação pública que deverá ser activado em situações de emergência ou pré-emergência.

A Câmara Municipal de Cascais possui uma equipa de planeamento integrada no Serviço Municipal de Proteção Civil cuja equipa de trabalho é constituída por elementos com formações variadas com uma incidência na área da proteção civil. além disso, na autarquia de Cascais existe uma estreita articulação entre o Departamento de Comunicação e relações Públicas da Câmara Municipal de Cascais e o respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil.

Numa perspetiva mais ampla, ou seja, assumindo um plano de atuação nacional, existe na Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC uma unidade orgânica que assume a responsabilidade pela gestão e aconselhamento em comunicação composta por elementos com formação e experiência diversa.

Conclusões

Do ponto de vista conceptual não existem dúvidas que a comunicação do risco é reconhecida pelos profissionais que lidam com o risco na sua atividade. Os profissionais que contribuíram para o presente trabalho possuem conhecimento sobre esta disciplina da comunicação e reconhecem a sua importância enquanto mediadora na relação entre os peritos e a população leiga sobre as matérias relacionadas com o risco.

Não é justo dizer que no domínio da proteção civil não se verifica a existência de esforços no âmbito da comunicação do risco, contudo, é um facto que a perceção do risco pela população neste domínio é considerada reduzida. Em parte esta perceção reduzida do risco deve-se a algumas crenças enraizadas na cultura coletiva, como por exemplo, a crença de que a catástrofe pode ocorrer, mas nunca na nossa época e a crença de que a catástrofe acontece sempre aos outros e nunca a nós.

Nesta ótica de aposta na dinamização da comunicação do risco na área da proteção civil, António Pena (Pena, 2012) defende que os bombeiros devem assumir um papel preponderante em termos da prevenção e neste contexto os municípios apresentam-se enquanto a alavanca desta mudança, uma vez que o envolvimento das autarquias é essencial, tal como é essencial a conjugação de esforços das autarquias e dos corpos de bombeiros. Este envolvimento das autarquias por meio de parcerias sistematizadas com os corpos de bombeiros revela-se essencial, em grande parte, pela proximidade entre as câmaras municipais e os habitantes do seu município.

A sociedade contemporânea e os riscos a que está sujeita exigem uma remodelação no que concerne à resposta da proteção civil que deve estar mais voltada para uma aposta para o desenvolvimento de estratégias de planeamento e comunicação com a população em vez da aposta no aumento de equipamentos. Neste sentido, esta mudança que é necessária requer que a sociedade civil assuma um papel ativo no processo de gestão do risco.

Talvez um pouco pela ideia de que raramente acontece uma catástrofe natural no nosso território juntamente com a ignorância sobre os riscos e respetivas consequências que podem assumir contornos devastadores, a sociedade civil exclui-se deste processo.

Neste sentido, é essencial reter que uma comunicação do risco sistemática e consistente assume-se enquanto a condição necessária para uma cidadania ativa e informada, uma vez que estes possuem o conhecimento acerca dos procedimentos a adotar para proteger a saúde, o bem-estar. É essencial, por isso, integrar a sociedade civil neste processo, recordá-la constantemente sobre os riscos, sobre os seus efeitos e sobre as medidas de autoproteção que podem ser colocadas em prática.

Em Portugal verifica-se uma dinamização mais notória da comunicação do risco no domínio da saúde, contudo, também na área da proteção civil verifica-se, tanto a nível nacional (ANPC) como a nível local (autarquias), a existência de esforços no que concerne à divulgação da informação sobre o risco.

No entanto, a perceção do risco pela população leiga é ainda diminuta, por isso, no futuro seria importante identificar não só objectivamente o catalisador ou catalisadores desta baixa perceção do risco, mas também o nível de conhecimento da população neste domínio.

Referências Bibliográficas

Baram, M. (1989) “Risk Communication: Moving from Theory to Law to Practice”, in Covello, V., McCallum, D., Pavlova, M., (eds.), *Effective Risk Communication, The Role and Responsibility of Government and Nongovernment Organizations*. New York, Plenum Publishing Corporation.

Committee on Risk Perception and Communication. (1989). *Improving Risk Communication*. Washington D. C., National Academy Press.

Lundgren, R., McMakin, A. (2009). *Risk Communication – A Handbook for Communicating Environmental, Safety and Health Risks*. New Jersey, WILEY.

Pena, A. (2012). A prevenção é connosco”: Um novo paradigma para os bombeiros do século XXI. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. P. 191-213.

Seeger, Matthew W. et al. (2009) “Crisis and Emergency Risk Communication in Health Contexts: Applying the CDC Model to Pandemic Influenza”, in Heath, Robert L., O’Hair, H. Dan, (eds.), *Handbook of Risk and Crisis Communication*. New York, Routledge.

CDC – Centers for Diseases Control (2012) *Crisis and Emergency Risk Communication*, Disponível através do URL: http://emergency.cdc.gov/cerc/pdf/CERC_2012edition.pdf e consultado no dia 30 de junho de 2013.

PROCIV – (2009) Glossário de Protecção Civil, Disponível através do URL: <http://www.proteccaocivil.pt/GLOSSARIO/Pages/glossario.aspx> e consultado no dia 30 de junho de 2013.